



## **DISPENSA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL**

Nº 020-2016 VALIDADE: 23/06/2017

PROTOCOLO: 9517-2016

A Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Fazenda Rio Grande, com base na legislação ambiental e demais normas pertinentes,

expede a presente Dispensa de Licença Ambiental à:					
01 – IDENTIFICAÇÃO DO AUTORIZADO					
Razão Social – Pessoa Jurídica/ Nome – Pessoa Física:		CPF/CNPJ:	CPF/CNPJ:		
PREFEITURA MUNICIPAL DE FAZENDA RIO GRANDE		CNPJ: 95.422.986/0	CNPJ: 95.422.986/0001-02		
ENDEREÇO (LOGRADOURO):					
Rua Jacaranda, 300					
BAIRRO:	MUNICÍPIO:		UF:	CEP:	
Nações	Fazenda Rio Grande		PR	83820-000	
02 – IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDIMENTO					
EMPREENDIMENTO:					
PREFEITURA MUNICIPAL DE FAZENDA RIO GRANDE					
TIPO DE EMPREENDIMENTO/ATIVIDADE:					
Dispensa de Licenciamento Ambiental para fins de construção de unidade de saúde					
ENDEREÇO:		BAIRRO:			
Rua João Cabral de Melo Neto, 162		Veneza	A STATE OF THE STA		
MUNICÍPIO:		CEP:	1		
Fazenda Rio Grande		83820-000			
CORPO HÍDRICO DO ENTORNO:		BACIA HIDROGRÁFICA:			
******		lguaçu			
DESTINO DO ESGOTO SANITÁRIO:		DESTINO DO EFLUENTE FINAL:			
*******					
03 – REQUISITOS DA AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL					
DETALHAMENTO DOS REQUISITOS:					
INFORMAÇÃO: <b>9517/2016</b>					
INTERESSADO: PREFEITURA MUNICIPAL DE FAZENDA RIO GRANDE					
MUNICÍPIO: Fazenda Rio Grande					
ASSUNTO: RLA para Dispensa de Licença Ambiental para fins de construção de unidade de saúde.					

Em vistoria realizada em 28/06/2016, no local de coordenadas: 669976/7156938-SAD 69, no Lote 01, da Quadra D, da Planta Jardim Veneza, com área total de 6.672,80m², matricula nº 3.723, do Cartório de Registro de Imóveis - CRI de Fazenda Rio Grande/PR, localizado na Rua João Cabral de Melo Neto, nº 162 e Rua Mario de Andrade, nº 1180-Bairro Veneza, constatou-se o interesse em construir unidade de saúde, denominada (unidade básica de saúde São Sebastião).

O lote em questão esta devidamente inserido em perímetro urbano, composto por áreas de gramineas, utilizada anteriormente para pastagens, não obtendo óbices quanto a instalação do estabelecimento de saúde.

Considerando a documentação apresentada no processo administrativo.

Este parecer apresenta-se de acordo com o que estabelece a RESOLUÇÃO SEMA 051/2009, Art 8°.

Em função do acima exposto somos favoráveis ao DEFERIMENTO da construção da referida unidade.

## CONSIDERAÇÕES:

Com relação ao projeto paisagistico, executar conforme apresentado integrando-a a unidade, bem como favorecer os espaços de impermeabilização e áreas de gramas, devendo ser provida de vegetação arbórea, arbustiva, não podendo ser desmatada. Esta área deverá desempenhar função ecológica, paisagística, propiciando a melhoria da qualidade estética, funcional e ambiental da unidade de saúde, de modo a contribuir para o bem estar e qualidade de vida dos ocupantes do estabelecimento de saúde.

A execução da obra deverá atender ao que estabelece o Alvará de Construção emitido pela Secretaria Municipal de Urbanismo - SMU e as exigências da Lei Complementar nº 79/2013. O responsavel pela obra deverá elaborar o Programa de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil – PGRCC, bem como protocolado na SMMA no inicio da obra, bem como deverá implantar do sistema de drenagem e condução das águas pluviais incluindo a interligação nas galerias próprias, para atendimento ao que estabelece a o Art. 4º da LEI Municipal 891 de 01/06/12 deverá instalar lixeiras integradas a unidade de saúde.

Se houver terraplanagem, apresentar projeto básico de movimentação de solo, de acordo com a implementação, incluindo quadro resumo de volumes de corte e aterro, empréstimos e bota fora. Se houver bota fora, informar o local de destino, se empréstimo, apresentar autorização ambiental da origem. Este projeto deverá ser acompanhado de mapa base, indicando os locais a serem trabalhados, em escala compatível elaborado por técnico habilitado, com recolhimento da Anotação de Responsabilidade Técnica-ART. Os estudos e projetos necessários ao processo de licenciamento devem ser realizados por profissionais legalmente habilitados, as expensas do empreendedor. O empreendedor e os profissionais que subscreverem os estudos e projetos necessários ao processo de licenciamento são responsáveis pelas informações apresentadas, sujeitando-se às sanções administrativas, civis e penais (Resolução CONAMA nº. 237/97, art. 11);

A concessão desta licença não impedirá exigências futuras decorrente do avanço tecnológico ou da modificação das condições ambientais conforme decreto 857/79, art. 7§ 2ºParâmetros de Atividade Poluidora.

Fazenda Rio Grande, 28 de junho de 2016.